

Pressão dos partidos pode adiar a votação

por Marta Salomon
de Brasília

O Congresso Nacional abriu negociações sobre o orçamento para 1990, que deveria ser votado até o dia 15, quando começa o recesso parlamentar. O PRN, do candidato Fernando Collor de Mello, quer adiar a votação para depois do segundo turno das eleições. Assessores do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, estiveram à noite no Congresso sem posição fechada sobre o assunto.

O líder do PRN, deputado Renan Calheiros (AL), defendeu da tribuna o adiamento da votação para que "o orçamento possa ser adequado às prioridades do programa de governo do candidato". O PRN não tem uma proposta orçamentária alternativa mas classifica a proposta em votação um "espúrio e sordido golpe" contra o novo governo.

"É impatriótico querer impor ao próximo governo as peias e amarras matreiramente urdidas pelo seu antecessor", disse o líder. Para o presidente da comissão mista de orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB/MA), "o partido quer uma desculpa antecipada para não cumprir as promessas de campanha, caso Collor seja eleito".

Assessores do PT admitem que o orçamento em votação no Congresso "não é o ideal". O partido estuda a proposta de mudança do ano fiscal para julho como a única possibilidade de uma ampla reforma tributária, que atinja o Imposto de Renda, o Imposto Territorial Rural e a tributação das grandes fortunas.

No entanto, sem mudar o início do ano fiscal, o orça-

mento enviado pelo executivo prevê que o presidente eleito poderá mexer nos impostos sobre importação e exportação, IPI e IOF. A proposta de orçamento também prevê que o novo governo encaminhará até julho ao Congresso projeto de revisão do orçamento.

A convocação extraordinária do Congresso, após o dia 15, obrigaria o pagamento de extras aos deputados e senadores. Este é um dos argumentos levantados pelo deputado César Maia (PDT-RJ) contra o adiamento da votação do orçamento, como quer o PRN.

"Ele (o líder do PRN, Renan Calheiros) não entende nada de orçamento e fala um monte de besteiiras", disse César Maia. Calheiros critica o comprometimento de 95% do orçamento com o custeio da máquina administrativa e a rólagem da dívida externa e interna. Segundo a contas do líder, os 5% restantes "mais atendem aos interesses das grandes empresas do que às necessidades sociais".

Calheiros critica também a comissão de orçamento que incluiu numa programação especial parte das 11 mil emendas apresentadas pelos parlamentares. As emendas seriam pagas com a economia obtida na correção das despesas abaixo da inflação. O presidente da comissão vê nesta programação o principal motivo para os parlamentares aprovarem logo o orçamento.

O adiamento da votação e a mudança no ano fiscal serão negociados pelos líderes dos partidos; o presidente Cid Carvalho e representantes do PT e PRN. A reunião ainda não está marcada.